



Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais

Flaviane Costa Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

e-mail: flavianecostasilva@hotmail.com

Jussara Goulart da Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

e-mail: jussaragoulart@pontal.ufu.br

Marli Auxiliadora da Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

e-mail: marli@pontal.ufu.br

Rejane Alexandrina Pereira Domingues do Prado

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

e-mail: rejane@pontal.ufu.br

Resumo

O planejamento financeiro é a ferramenta essencial para controle de gastos e despesas, consequentemente para não adentrar em um nível de endividamento, o conhecimento sobre esse assunto é atingido através da educação financeira na qual se aprende como administrar o dinheiro e a sua importância. Considerando que outras pesquisas já constatarem a falta de conhecimento sobre esse assunto entre os servidores públicos esse estudo tem como objetivo analisar o planejamento financeiro dos policiais militares do Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. Para alcance desse objetivo foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, onde os dados foram coletados através de questionário baseado nos estudos de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) com adaptações para o presente estudo. Os resultados alcançados foram satisfatórios visto que muitos não sabem usar mais uma grande conhecem as formas de controlar seus gastos e despesas. Conclui-se que os policiais militares creditam aos baixos salários e ao 'arrocho salarial' seus problemas financeiros e sabedores que a qualidade de vida e do trabalho depende da boa saúde financeira, esses servidores concordam que quando não há problemas financeiros conseguem se relacionar melhor com as pessoas e desenvolver com mais produtividade suas atividades laborais.

Palavras-chave: Educação Financeira, Planejamento Financeiro, Orçamento Familiar.



Introdução

O crescimento gradativo da renda individual e a estabilidade inflacionária vivida nos últimos anos proporciona às pessoas maior poder de compra tornando indispensável o conhecimento em finanças. A teoria financeira consiste em um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento das pessoas sobre como alocar recursos ao longo do tempo a fim de ajudar as pessoas a avaliarem alternativas, tomarem decisões e implementá-las (BODIE; MERTON, 2002).

O planejamento financeiro é um dos instrumentos utilizados para a organização e aplicação dos recursos visto que consiste na definição de uma estratégia, de curto, médio ou longo prazo, para acumulação de bens e valores criando assim um patrimônio pessoal ou familiar (FRANKENBERG, 1999; EID JUNIOR; GARCIA, 2001).

Traçando esse planejamento o indivíduo terá controle sobre sua situação econômica e financeira e vislumbrará possibilidades de resolver possíveis situações imprevistas realocando seus recursos próprios ou, ainda, recorrendo a recursos de terceiros.

Em meio às facilidades de acesso às fontes de capitais de terceiros disponíveis no mercado (cartões de créditos, cheques especiais, pequenos financiamentos etc.) essas opções são cada vez mais utilizadas como uma complementariedade da renda pessoal e extensão do salário, especialmente quando o hábito de planejar não é incorporado à rotina financeira compromete-se a renda também com o pagamento de taxas de juros favorecendo o caos financeiro quando esses gastos adicionais não são previstos no orçamento.

O desconhecimento das temáticas relativas a finanças e planejamento financeiro é fator que leva à contratação de empréstimos e financiamentos, quando as dívidas já ultrapassam o salário, contribuindo para um somatório de juros que adicionados aos gastos mensais habituais originam o endividamento.

Dados do Banco Central expostos por Martello (2012) evidenciam que o ano de 2011 foi marcado pelo alto crescimento da inadimplência brasileira, principalmente nas operações de pessoas físicas em operações com cartões de crédito. O senso comum mostra que essa situação se torna ainda mais agravante entre os servidores públicos e, por isso, a legislação já definiu algumas restrições ao crédito dos mesmos condicionando, já em 2010, o limite de 30% de comprometimento da renda para os empréstimos com desconto na folha de pagamento dos servidores públicos (SIMÃO, 2010).

As estratégias como a limitação de empréstimos com desconto em folha são necessárias para redução do nível de endividamento visto que o desequilíbrio financeiro afeta a qualidade de vida e do trabalho prestado. Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) afirmam que a qualidade de vida e do trabalho prestado por servidores públicos, sujeitos desse estudo, está diretamente ligada à boa saúde financeira. Sousa e Torralvo (2008) corroboram ao afirmarem que comportamentos mais agressivos e pensamentos mais pessimistas estão diretamente ligados a problemas financeiros, assegurando também que a falta de dinheiro pode prejudicar relações amorosas, profissionais ou de amizade.

O nível de estresse de servidores públicos lotados na polícia militar bem como os fatores causadores do estresse têm sido objeto de estudo em diversos estudos (MORAES et al, 1995; MORAES; MARQUES; PEREIRA, 2000; MORAES et. al., 2001; MYNAO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007; PORTELA; BUGHAY FILHO, 2007; COSTA et al, 2007; ROSSETTI et al., 2008; LIPP, 2009; CALAZANS, 2010; DANTAS et al., 2010) e questões como a



defasagem e o arrocho salarial, seguido por muita pressão no trabalho e pelo excesso de trabalho e responsabilidades são apontadas tanto por profissionais ativos quanto inativos – aqueles que estão aposentados ou afastado das atividades laborais.

Com relação a policiais militares Portela e Bughay Filho (2007) afirmam que suas dificuldades financeiras pessoais e familiares apresentam reflexos na corporação e o desconhecimento de estratégias para administração da renda pessoal e familiar tornam inúteis os esforços para realização de horas extras para aumentar a renda se seu uso não for planejado.

Diante das informações de que a qualidade de vida e do trabalho do servidor público está diretamente ligada à boa saúde financeira faz necessário questionar: os servidores lotados em um Batalhão de Polícia Militar, no Estado de Minas Gerais, realizam planejamento financeiro e a utilização de sua renda resulta ou não em endividamento?

Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar o planejamento financeiro servidores públicos lotados em um Batalhão de Polícia Militar no Estado de Minas Gerais a fim de identificar se essa renda é suficiente para a cobertura de seus gastos e identificar a influência do endividamento, se confirmado, na qualidade de vida no trabalho desses profissionais.

Este estudo faz-se necessário visto ser esta uma profissão de risco cujo nível de estresse é considerado alto especialmente em decorrência de problemas financeiros. A confirmação de problemas dessa natureza, nesse estudo, poderá evidenciar a conveniência da implantação de cursos sobre planejamento financeiro no processo de qualificação do policial militar visto que uma melhor orientação financeira a esses servidores contribuirá para redução no nível de estresse pessoal, profissional e social.

Esse artigo está dividido em seis seções sendo esta primeira à introdução. Em seguida expõe-se o referencial que embasa as discussões. A terceira explicita os procedimentos metodológicos da pesquisa. Por fim, na quarta e quinta seções evidenciam-se as análises acerca dos dados coletados e as conclusões do estudo, respectivamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se, nessa seção, breve revisão conceitual sobre educação financeira e sua relação com o endividamento, à importância de um planejamento financeiro adequado à renda, orçamento familiar e qualidade de vida.

2.1 Educação financeira e endividamento

Educação financeira é “um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA; 2007 p. 1122). Infere-se, portanto, que a educação financeira pode ser aprendida ao longo da vida (D’AQUINO, 2007).

A educação financeira inicia-se pelo conhecimento do significado do valor do dinheiro ao longo do tempo e não termina nunca, visto que as pessoas sempre podem agregar algum comportamento que as eduquem financeiramente, ou por experiência própria ou por experiências alheias (PEREIRA, 2001; NAIDA; MARQUES, 2010; FAVERI et al, 2012). Ao se educarem financeiramente os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito



financeiro de modo que tomam decisões com mais segurança (SAITO, 2007; SAVOIA; SAITO; SANTANA; 2007).

Nessa mesma base conceitual Claudino, Nunes e Silva (2009) e Barbosa, Silva e Prado, 2012 asseguram que a educação financeira é o entendimento, a partir da leitura e interpretação de números, que permite sua transformação em informações para que se consiga traçar um plano de equilíbrio futuro relativo às finanças pessoais, que aliada a outros instrumentos como a regulamentação de empréstimos e as leis de proteção ao consumidor possibilita às pessoas planejarem seu futuro elaborando orçamentos compatíveis às suas capacidades financeiras.

A educação financeira trata da importância do dinheiro e da forma de administrá-lo, ganhar, gastar, poupar e consumi-lo de forma consciente, eficiente e sem exageros (MEDEIROS; 2003; LELIS, 2006; BARBOSA; SILVA; PRADO, 2012). A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) assegura que a educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes (OCDE; 2004, 2005).

Barbosa, Silva e Prado (2012) explicam que um indivíduo financeiramente educado consegue administrar seu dinheiro de forma coerente com suas necessidades e capacidade econômica, diminuindo riscos e aproveitando oportunidades de poupança e investimentos que possam surgir.

A educação financeira, quando aliada a instrumentos como leis de proteção ao consumidor, regulamentação e atendimento das exigências do sistema financeiro para concessão de crédito é uma medida fundamental para reduzir o problema do sobre endividamento (MARQUES; FRADE, 2003). Níveis altos de endividamento podem levar à inadimplência que é o descumprimento dos compromissos assumidos com terceiros. Indivíduos em uma situação de inadimplência geralmente são levados a buscarem mais de um financiamento ocasionando um múltiplo endividamento, devido às várias formas e fontes de créditos disponíveis (BARBOSA; SILVA; PRADO, 2012).

A facilidade de acesso ao crédito para indivíduos como os servidores públicos - profissionais com uma renda mensal fixa garantida - ocasionam conforme Souza Neto (2010) maior comprometimento do salário e, por conseguinte, altos índices de endividamento. O sistema financeiro disponibiliza as mais variadas formas de crédito ao servidor, como cartões de crédito, cheque especial, além do crédito consignado que, em situações de necessidade financeira ou ausência de planejamento dos gastos, leva o servidor a comprometer parte significativa de sua renda com financiamentos mal planejados e pagamento de taxas de juros abusivas (SOUZA NETO, 2010).

Pinheiro (2008) ressalta a forte relação entre a educação financeira e o endividamento da pessoa, pois a educação contribui para que o indivíduo consuma de forma eficiente e adequada. Sendo assim a educação financeira coopera com o sistema econômico ao reduzir o número de inadimplentes e o descumprimento das obrigações com terceiros.

A falta de conhecimentos financeiros ou o desinteresse pelas finanças pessoais podem resultar em problemas quanto à administração de seus próprios recursos (SOUZA; TORRALVO, 2008). No Quadro 1 são descritas armadilhas das finanças pessoais que se não forem conhecidas podem levar qualquer pessoa ao fracasso financeiro.



Quadro 1 – Armadilhas das finanças pessoais

Armadilhas	Consequências
1. Desbalanceamento no orçamento	Ocorre quando o indivíduo gasta mais do que pode, padecendo com a cobrança de juros.
2. Falta de controle no orçamento e no fluxo de caixa	Refere-se àquelas pequenas despesas do dia-a-dia que não são contabilizadas e, que no somatório tornam-se expressivas corroendo o orçamento.
3. Gastos fixos	O padrão de vida que se pretende ter influencia de forma significativa as finanças pessoais. Quando se eleva o padrão de vida todos os gastos pessoais são proporcionais. A manutenção do padrão estabelecido, em caso de contratempo financeiro, também eleva os riscos financeiros visto que as dívidas contraídas podem não caber no orçamento.
4. Dívidas	Equacionar o volume das dívidas e a representatividade das mesmas em relação às receitas e sobras de caixas é fundamental. Quando os recursos (receitas e sobras) são suficientes apenas para pagar os juros das dívidas e não quitá-las efetivamente observa-se o aumento contínuo das dívidas.
5. Falta de provisões	Imprevistos como doenças e quebra do carro entre outros devem ser provisionados, e para suportá-los, tem-se que realizar provisões de caixa. Uma forma de tratar essa armadilha é fazer com que a poupança faça parte do orçamento mensal, determinando um percentual fixo dos proventos diretamente para essa finalidade.
6. Aposentadoria	A ausência de destinação de recursos para a aposentadoria levará a sacrifícios maiores para manutenção do padrão de vida. O planejamento financeiro é essencial para a constituição da aposentadoria, porém deve ser feita após a resolução de pendências financeiras atuais.
7. Financiamentos	A necessidade de aquisição de algum bem que ultrapasse sua poupança leva a endividamento cujo ônus é acrescido de encargos financeiros. É preferível guardar o dinheiro o máximo possível em uma poupança e adquirir o bem a vista. No caso de financiamento é salutar nunca financiar mais de 35% do valor total do bem a ser adquirido.

Fonte: Adaptado de Godoy, Medina e Júnior (2006).

Martins (2004) explica a importância do estudo dos assuntos financeiros para a correta classificação dos gastos pessoais e familiares de acordo com a renda percebida, por meio do planejamento enquanto Claudino, Nunes e Silva (2009) ressaltam a importância do planejamento financeiro para que o indivíduo não atinja o nível de sobre endividamento.

A educação financeira leva à compreensão da relevância do planejamento que consiste no estabelecimento de mecanismos estratégicos para a construção e manutenção, ao longo do tempo, de um patrimônio pessoal que permita a tranquilidade econômico-financeira (LUCCI et al, 2006; CAMARGO, 2007; BARBOSA; SILVA; PRADO, 2012).

2.2 Planejamento financeiro

O estudo das finanças pessoais está relacionado com a gestão do próprio dinheiro, a organização das contas, administração das despesas e receitas e priorização de investimentos. Afirmam ainda que um fator fundamental para quem deseja gozar de uma boa saúde financeira é



deter o controle das despesas por meio do planejamento financeiro, pois em alguns casos ao conhecer o que realmente se gasta torna-se um processo doloroso.

Planejar significa estabelecer ações a serem efetuadas dentro de contextos e condições preestabelecidos estimando os recursos a serem utilizados (HOJI, 2009).

Planejamento também é conceituado como decisões tomadas no presente que se refletirão, geralmente, no futuro de forma a se obter melhores resultados. São estratégias estabelecidas e seguidas para atingir determinados objetivos e acumular riquezas que formarão um patrimônio pessoal (SOUSA; TORRALVO, 2008).

A falta de um planejamento financeiro pode ocasionar sérios problemas na vida de um indivíduo, prejudicando sua relação com a família e sociedade. Normalmente tem-se por hábito apontar as dificuldades financeiras como resultantes de baixos salários ou de inúmeras taxas de juros e nunca como sendo resultantes da ausência do planejamento financeiro. Através do planejamento é possível adequar o orçamento familiar às reais necessidades ao identificar-se e eliminarem-se gastos excessivos com bens supérfluos, e programar compras futuras (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2007).

O planejamento leva à aquisição de uma cultura de disciplina de gastos, racionalização do uso do dinheiro, prevenção contra situações emergentes, formação de poupanças para aposentadorias visando o alcance da independência financeira (SOUSA; TORRALVO, 2008).

Zerrener (2007) afirma que o planejamento financeiro pressupõe estabelecimento e obediência a uma estratégia precisa dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. O planejamento financeiro contribui para minimizar a falta de recursos numa situação de emergência ou evitar que se contratem dívidas além do necessário visto influencia nas decisões de investimento consistentes com o perfil de tolerância a riscos e com relação aos objetivos e metas (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2006).

Cada pessoa pode estabelecer metas para si, contudo uma vez definidas, deve-se mantê-las em mente e lutar contra todos os imprevistos e incertezas que a vida proporciona para alcançá-las, não significando, porém que depois de definidas não possam ser alteradas (NAIDA; MARQUES, 2010).

Barbosa, Silva e Prado (2012) lecionam que uma forma de se planejar financeiramente para controlar os diversos gastos é elaborar um orçamento que forneça informações úteis sobre a verdadeira situação financeira atual, demonstrando assim se os gastos são comportados pelo salário. O orçamento é uma fotografia das despesas e receitas de um indivíduo ou família.

As dificuldades financeiras são ocasionadas, geralmente, quando as despesas são maiores que as receitas e, por isso, o orçamento familiar torna-se muito importante no processo de planejar, pois contribui para identificar o destino do dinheiro e definir os gastos prioritários.

2.2.1 Orçamento familiar

Periodicamente empresas realizam um balanço entre suas receitas e despesas. A razão pela qual os balanços são levantados decorre da necessidade de conhecer e manter o equilíbrio entre suas receitas e suas despesas para que as sobras, na forma de lucros, possam ser reinvestidas. Assim deveriam proceder as pessoas físicas.

Gaspar (2010) cita que no Brasil duas em cada três famílias gastam mais do que ganham e que 68,4% das famílias possuem dívidas. Oliveira (2010, 2011) explica que o principal fator para



as dificuldades econômicas está na falta de uma educação financeira, ou seja, de um controle realizado na forma de orçamento doméstico.

Um orçamento eficaz e que caiba dentro do salário é aquele que equilibra as receitas e despesas (LUQUET, 2000). Coimbra (2010) e Santos (2010) explicam que o orçamento deve ser organizado pelas seguintes letras ABCD onde A refere-se aos gastos com alimentação; B aos gastos básicos como água e luz; C dizem respeito aos gastos contornáveis ou que em uma eventualidade podem ser cortados; D são os gastos desnecessários que não fazem falta alguma.

A elaboração do orçamento familiar presume a anotação de todas as receitas e despesas durante alguns meses. As receitas são compostas pelos salários líquidos e todas as outras fonte de renda enquanto as despesas são todos os gastos fixos – que devem estar em constante monitoramento - e variáveis – os quais são muitas vezes supérfluos. Gastos esporádicos e de valores inexpressivos, como os lanchinhos e cafezinhos, também devem ser anotados. No orçamento deve-se prever uma reserva para as despesas inesperadas e para a formação de uma poupança (OLIVEIRA; 2010, 2011; BARBOSA; SILVA; PRADO, 2012).

As informações relativas às receitas e aos gastos devem ser transformadas em números e postas em prática transcritas para uma planilha para que o orçamento seja conhecido e o equilíbrio financeiro seja obtido. Barbosa, Silva e Prado (2012) afirmam que o equilíbrio financeiro só é alcançado quando se faz o controle de tudo que se ganha e do que se gasta.

Cerbassi (2004) assegura que a construção de um padrão de vida confortável não depende do que se ganha, mas sim da forma como se gasta sendo possível o acúmulo de riquezas mesmo não possuindo uma renda alta.

A gestão eficiente do dinheiro pode garantir um padrão de vida confortável e a qualidade de vida familiar e no trabalho. Estudos asseguram que a gestão do orçamento familiar evita comportamentos e atitudes indesejadas no ambiente de trabalho devido ao endividamento que leva ao estresse, aumentam o absenteísmo e a dificuldade de relacionamento profissional (GARMAN, LEECH; GRABLE, 1996 *apud* SAITO, 2007; MORAES et al, 2001; NAIDA; MARQUES, 2010).

2.3 Qualidade de vida e no trabalho

A qualidade de vida (QV) está diretamente ligada às necessidades de cada indivíduo em particular. Dias (2004) aborda a dificuldade de se conceituar a QV justamente pelo comportamento de cada indivíduo ser influenciado por suas necessidades e seus valores pessoais.

A qualidade de vida é analisada tanto no âmbito pessoal quanto no ambiente organizacional. Com relação à qualidade de vida no trabalho (QVT). Limongi-França e Arellano (2002) explicam que Nadler e Lawker (1983), ao analisarem as origens do movimento de qualidade de vida no trabalho, descrevem que na primeira fase da QVT, de 1969 a 1974, as preocupações e estudos eram dirigidos à relação entre os efeitos das atividades profissionais sobre a saúde e o bem-estar das pessoas e sua satisfação no trabalho. A partir de 1979 a preocupação com a produtividade, decorrente da competitividade globalizada entre empresas, tornou-se o foco dos estudos sobre a QVT onde a prioridade era a relação entre produtividade, bem-estar dos trabalhadores e a responsabilidade social das organizações.

Assim Nadler e Lawler (1983) definem a QVT de acordo com a evolução no tempo e com as diferentes pessoas que o utilizam. Begeron (1982) afirma que a QVT consiste na aplicação concreta de uma filosofia humanista pela introdução de métodos participativos, visando



modificar um ou vários aspectos do meio ambiente de trabalho a fim de criar uma situação favorável à satisfação dos empregados e à produtividade.

Fernandes (1996) conceitua QVT como uma gestão dinâmica e contingencial de fatores físicos e sociopsicológicos que afetam a cultura e renovam o clima organizacional, refletindo-se no bem-estar dos trabalhadores e na produtividade da empresa.

Paiva e Marques (1999) discutem a concepção de Hackman e Oldham que consideram que a QVT se apoia em características objetivas das tarefas realizadas no ambiente organizacional. Para Hackman e Oldham as dimensões da tarefa influenciam os estados psicológicos críticos que, por sua vez, determinam os resultados pessoais e do trabalho. A necessidade de crescimento pessoal, porém, exerce forças em toda a cadeia de fatores determinantes da QVT.

Limongi-França e Arellano (2002, p. 9), por sua vez, conceituam QVT como “o conjunto das ações de uma empresa no sentido de implantar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais do ambiente de trabalho”. As autoras explicam que existem muitas interpretações conceituais de QVT, desde o foco clínico da ausência de doenças no âmbito pessoal até as exigências de recursos, objetos e procedimentos de natureza gerencial e estratégica no nível das organizações.

Para Dias (2004) a QVT relaciona-se com um trabalho mais humano e maior satisfação e produtividade dos colaboradores, ela pode ser avaliada sobre uma abordagem objetiva, que são as condições físicas, o espaço físico de trabalho, o salário, os equipamentos disponíveis, e sobre uma abordagem subjetiva que é a percepção sobre o espaço físico, os aspectos psicológicos e emocionais de cada colaborador.

Estudos sobre a QVT como gerenciamento do estresse (ALVESSON, 1987) estabelecem correlação entre experiências de estresse mental, pressões no trabalho e sintomas psicossomáticos. Dentre as causas observadas de distresse, que conforme explica Rodrigues (1992) é a tensão nociva que gera, entre outros, os distúrbios psicossomáticos.

Duarte, Borin, Almeida (2010) compartilham da idéia de que a QVT é responsável pelo bem estar e satisfação dos colaboradores, portanto o indivíduo que está satisfeito tende a produzir mais e consequentemente fica mais motivado e não se expõe as diversas doenças do trabalho.

A QVT é um assunto extremamente relevante dentro das organizações, pois interfere diretamente em sua produtividade, mediante a oferta de condições que visem o bem-estar do colaborador e consequentemente a eficiência no interior organizacional (LIMONGI-FRANÇA, 2002; DIAS, 2004).

Sendo assim, no contexto de risco em que os policiais militares vivem é necessário que sua satisfação e motivação com o ambiente físico de trabalho e suas condições psicológicas e emocionais estejam equilibradas para que não se desenvolva o distresse ou doenças laborais. Dessa forma, retornando aos conceitos de Souza e Torralvo (2008) que aponta que o estado da saúde financeira do indivíduo influencia em suas diversas relações, observa-se a importância do controle financeiro para estar bem em seu ambiente de trabalho e suas relações particulares.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o planejamento financeiro de servidores públicos lotados em um Batalhão de Polícia Militar no Estado de Minas Gerais a fim de



identificar se essa renda é suficiente para a cobertura de seus gastos e identificar a influência do endividamento, se confirmado, na qualidade de vida no trabalho desses profissionais.

Para alcance do objetivo propôs-se uma pesquisa descritiva, que de acordo com Malhotra (2001) é uma pesquisa conclusiva que possui como objetivo principal a descrição de algo. A abordagem quantitativa se reflete na quantificação dos dados coletados.

A população pesquisada constituiu-se de policiais lotados no Batalhão da PM, localizado no Estado de Minas Gerais, compreendendo um censo, ou seja, todos os policiais entre as patentes de soldado, cabo, sargento, subtenente, tenente, capitão e major. Destaca-se que o Batalhão da PM que se constitui no *lôcus* dessa investigação compõe-se de 11 municípios, porém devido à demora na devolução dos questionários respondidos um desses municípios foi excluído do estudo.

Os dados foram coletados através de um questionário baseado nos estudos de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) com adaptações para o presente estudo. O questionário foi composto por 30 (trinta) questões objetivas. No total foram respondidos 160 questionários tendo sido descartados 48 em função de erros no preenchimento. As respostas foram lançadas no *software* SPSS 18.0 e analisados através do mesmo.

4 ANALISE DOS DADOS

A seguir apresenta-se a discussão dos dados coletados.

4.1 Perfil dos entrevistados

Participaram efetivamente desse estudo 112 (cento e doze) policiais sendo 95,5% do sexo masculino e 4,5% do sexo feminino.

A maioria dos respondentes, ou seja, 67,0% situam-se na faixa etária de 26 a 41 anos.

Quanto ao estado civil 65,2% são casados, 22,3% solteiros, 3,6% são divorciados e 8,9% declararam outro tipo de relacionamento.

Questionou-se sobre o número de filhos dos respondentes confirmando-se que servidores com renda familiar mais baixa possuem mais filhos. Policiais com renda de até R\$ 2000,00, totalizando 66,7% desses, possuem três filhos ou mais. Dentre aqueles respondentes com renda acima de R\$ 5.000,00, 57,1% tem apenas dois filhos.

Relativamente à escolaridade 65,0% declararam possuir ensino médio completo, 22,0% policiais responderam ter superior incompleto, 12,0% concluíram o ensino superior e apenas 3 possuem pós-graduação completa.

A maior parte dos respondentes, 46,4%, declarou perceber renda individual na faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00. 36,6% possuem renda inferior a R\$ 2.000,00. Declararam renda variável de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00 apenas 13,4% dos respondentes. Com renda superior a R\$ 5.000,00 estão 3,6% dos policiais militares.

Com relação às patentes confirmou-se que 40 deles são soldados, 27 são cabos, 42 são sargentos, 2 são tenentes e apenas 1 é capitão.

Quanto ao tempo de serviço 44,6% estão na PM há um período entre 5 anos e 10 anos. Apenas 5,4% estão no serviço militar há mais de 26 anos.



4.2 Discussões dos resultados

O planejamento financeiro começa pelo hábito de se manter um orçamento doméstico a partir da anotação dos gastos fixos, variáveis e eventuais (OLIVEIRA, 2010; BARBOSA; SILVA; PRADO, 2012).

Ao se questionar sobre o hábito de anotar todas as despesas para saber onde o dinheiro ganho é gasto constatou-se que apenas 45,1% dos entrevistados anotam suas despesas. Desses, 59,5% conseguem poupar uma parcela de sua renda em alguns meses e 18,9% poupam todos os meses.

Confirmou-se que 18,3% dos policiais não acham necessário anotar suas despesas. Para esses que não acham necessário esse tipo de controle, a maioria, 33,3% afirmaram não constituir qualquer tipo de reserva (poupança) porque sua renda não é suficiente.

Anotações relativas aos gastos pessoais e familiares possibilitam o controle sobre despesas futuras evitando-se ou transpondo com menores dificuldades, situações imprevistas e contratempos. Considerando apenas os respondentes que afirmaram anotar seus gastos mensais (45,1%) observa-se que 37,8% reserva dinheiro para as despesas do início do ano (IPTU, IPVA, material escolar e outros).

Dentre aqueles que não possuem o hábito de controlar seu orçamento doméstico (18,3%) 33,3% nunca reservam e apenas 13,3% reservam dinheiro para os gastos de início do ano. Também para os policiais militares que não anotam seus gastos confirmou-se que para 53,3% nunca sobra dinheiro para gastar com entretenimentos ao longo do mês.

Considerando que o número de pessoas residentes no lar influencia no volume de gastos foi questionado o número de moradores.

Confirmou-se que nos lares de 26,8% (30 entrevistados) moram de 1 a 2 pessoas. Desses 30 policiais 77,3% já passaram por dificuldades financeiras.

Quando o número de moradores por residência aumenta, o que ocorre nos lares de 82 policiais militares, a frequência de policiais que já passaram por dificuldades também aumenta atingindo 92%.

Daqueles que afirmaram já terem atravessado alguma dificuldade financeira, 43,8% dos entrevistados afirmam terem se endividado com o pagamento de empréstimos. A causa do endividamento foi a aquisição de automóvel para 35,5% dos respondentes.

Em relação ao comprometimento da renda individual constituída pelo salário do servidor, observa-se que quanto menor for essa maior é a busca por outros recursos resultando no endividamento superior ao salário mensal recebido.

Na Tabela 1 observa-se a proporção de servidores que comprometem sua renda com empréstimos e financiamentos.

Tabela 1 – Demonstrativo do comprometimento da renda de policiais militares com empréstimos e financiamentos

Renda (salário)	Respondentes	Comprometimento da renda
Até R\$2.000,00	41	Todos possuem mais de um financiamento.
De R\$2.001,00 a R\$4.000,00	52	Todos possuem mais de um financiamento.
De R\$4.001,00 a R\$ 5.000,00	15	Apenas 22,2% (9 policiais) não possuem financiamentos.
Acima de R\$ 5.000,00	4	Nenhum possui financiamento.

Fonte: Os autores. Dados da pesquisa (2012).

A fim de relacionar a educação financeira representada pelo hábito de anotar os gastos relativos ao orçamento doméstico para elaboração do planejamento financeiro com o nível de



endividamento pessoal e a qualidade de vida indagou-se aos policiais sobre como se sentem com relação a problemas financeiros. A maioria dos respondentes, ou seja, 56 policiais concordam totalmente que quando não possuem problemas financeiros se sentem melhor em seus relacionamentos e consigo mesmo. Também concordam totalmente que desempenham melhor seu trabalho quando não passam por problemas financeiros, 44 policiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo do estudo de analisar o planejamento financeiro dos policiais militares lotados em um Batalhão de Polícia Militar no Estado de Minas Gerais a fim de identificar se essa renda é suficiente para a cobertura de seus gastos e identificar a influência do endividamento, se confirmado, na qualidade de vida no trabalho desses profissionais foram confirmadas algumas suposições.

Confirmou-se, que o planejamento financeiro, apesar de extremamente importante para o controle e equilíbrio entre a renda e os gastos, é realizado por menos da metade dos servidores. O motivo que os levam ao planejamento é a necessidade de manutenção do controle de suas finanças. O esquecimento é um dos motivos que leva à não elaboração do planejamento assim como o desconhecimento da forma de elaborar planilhas financeiras para planejar o orçamento familiar.

Constatou-se ainda que apesar da consciência da necessidade de que o hábito de constituir reservas para despesas eventuais, por meio de uma poupança, a ação de poupar raramente é habitual entre os policiais militares. Com isso a maioria não consegue equilibrar sua renda com seus gastos e, tão pouco, desfrutar de entretenimentos e atividades de lazer essenciais à manutenção da qualidade de vida e da própria qualidade de vida no trabalho.

Constatou-se, também, que a ausência do planejamento financeiro, especialmente entre aqueles policiais que percebem uma renda menor, de R\$ 2000,00 até R\$ 4.000,00, leva-os a vivenciarem uma situação de endividamento e comprometimento de sua renda com pagamento de empréstimos e financiamentos pessoais, gerando estresse e prejudicando seu convívio familiar e no ambiente de trabalho.

Conclui-se, por fim, que os policiais militares creditam aos baixos salários e ao ‘arrocho salarial’ seus problemas financeiros e sabedores que a qualidade de vida e do trabalho depende da boa saúde financeira, esses servidores concordam que quando não há problemas financeiros conseguem se relacionar melhor com as pessoas e desenvolver com mais produtividade suas atividades laborais.

Ao comprovar que a população investigada, nessa pesquisa, possui conhecimento do que seja um planejamento financeiro, mas encontram dificuldades quanto à sua elaboração e uso, recomenda-se que gestores públicos acrescentem estudos sobre finanças pessoais na formação dos militares ou que as instituições de ensino desenvolvam cursos em parceria com essas organizações para que o conhecimento sobre conceitos de educação financeira seja adquirido e o hábito de planejar seja incentivado.

Ressalta-se que os resultados obtidos nesse estudo não excluem a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, para que se conclua e enfatize a importância da educação financeira, em especial de servidores públicos que possuem renda mensal ‘garantida’ pelos órgãos municipais, estaduais ou federais, a fim de evitar o endividamento pessoal e para a qualidade de vida no trabalho desses profissionais.



REFERÊNCIAS

ALVESSON, M. **Organization theory and technocratic consciousness**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1987.

BARBOSA, J. da S.; SILVA, M. A. da; PRADO, R. A. D. P. do. Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor no Pontal do Triângulo Mineiro. IX Convibra Administração. **Anais...** Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/33/2013_33_5145.pdf>. Acesso em 15 maio 2012.

BODIE, Z.; MERTON, R. C. **Finanças pessoais**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CALAZANS, M. E. Resenha. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 206-211, jan. 2010.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/13678>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

CERBASSI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B. e SILVA, F. C. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: XII SEMEAD. São Paulo. **Anais...** IX Seminários em Administração – SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2009.

COIMBRA, F. G. **Saiba como se organizar, com o orçamento do ABCD**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/07/saiba-como-se-organizar-com-o-orcamento-do-abcd.html>>. Acesso em 26 julho 2013.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2007.

DANTAS, M. A. et al. Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n 3, p. 66-77, 2010.

D'AQUINO, C. **Educação Financeira: como educar seu filho**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DIAS, E. C. **A Atenção à saúde dos trabalhadores no setor de saúde (SUS), no Brasil: realidade, fantasia ou utopia?** 1994. 324f. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DUARTE, D. V. R.; BORIN, E. C. P.; ALMEIDA, M. A qualidade de vida no trabalho – QVT e sua influência na vida dos bancários. **Polêm!ca Revista Eletrônica**, v. 9, n. 4, p. 74-81, out./nov. 2010.



EID JUNIOR, W.; GARCIA, F. G. **Como fazer o orçamento familiar**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FAVERI, D. B. de et al. Educação financeira para crianças. **8º Encontro de Extensão PROEX – UDESC**. Lages, SC., 2012. Disponível em:
<http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1378/anais_8__encontro_pdf.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho**: como medir para melhorar. 5. ed., Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GASPAR, A. **Saiba como se organizar com o orçamento do ABCD**. 2010. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/07/saiba-como-se-organizar-com-o-orcamento-do-abcd.html>>. Acesso em: 30 out. 2012.

GODOY, J.; MEDINA, L. G.; GAZEL JUNIOR, M. A. **Investindo sem erro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. 2007. Disponível em:
<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf>. Acesso em 26 jul. 2013.

HOJI, M. **Administração financeira na prática**: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LELIS, M. G. **Educação financeira e empreendedorismo**. Centro de Produções Técnicas, 2006.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. Qualidade de vida no trabalho. In: FLEURY, Maria Tereza Leme (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

LIPP, M. E. N. Stress and quality of life of senior Brazilian Police officers. **The Spanish Journal of Psychology**, Madrid, v. 12, n. 2, p. 593-603, 2009.

LUCCI, C. et al. A Influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: IX SEMEAD. São Paulo. **Anais... IX Seminários em Administração – SEMEAD**. FEA-USP. São Paulo, 2006.

LUQUET, M. **Guia valor econômico de finanças pessoas**. São Paulo: Globo, 2000.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em:
<<http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-eeventos/anexos/prof-doutora-Maria/downloadFile/file/MMLM.pdf?nocache=1210675423.37>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MARTELLO, A. **Inadimplência do cartão de crédito é três vezes maior que a média, diz BC**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/inadimplencia-do-cartao-de-credito-e-tres-vezes-maior-que-media-diz-bc.html>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento, 2004.

MEDEIROS, C. D. L. G. **Educação financeira**: o complemento indispensável ao empreendedorismo. Departamento de Sistemas e Computação, do Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Campina Grande, 2003.

MORAES, L. F. R. de et al. Comprometimento organizacional, qualidade de vida e stress no trabalho: uma abordagem de diagnóstico comparativo. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 9, p. 169-188, 1995.

_____. MARQUES, A. L.; PEREIRA, L. Z. **Diagnóstico de qualidade de vida e estresse no trabalho da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais**. [relatório de pesquisa]. Núcleo de estudos avançados em comportamento organizacional/centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

_____ et al. **Estresse e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Estado de Minas**. 2001. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2001/GRT/GRT359.pdf>. Acesso em 26 jul. 2013.

MYNAO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

NADLER, D. A.; LAWLER, E. E. Quality of work life: perspectives and directions. **Organizational Dynamics**, v. 11, n. 3, p. 20-30, 1983.

NAIDA, M. G.; MARQUES, W. L. **Reeducação financeira para os colaboradores**: uma necessidade imediata para o bom desempenho. 2010. Disponível em:
<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA>>



&url=http%3A%2F%2Fwww.mouraconsultoria.com.br%2Feducacional%2Fadmin%2Fartigos%2Fmaria-gorette-naida_mba-executivo-gestao-empresarial-e-de-negocios_artigo-final-6846.doc&ei=RBH0UYj6GoHY9QTKy4H4Bw&usg=AFQjCNEwGo_xN1vKS3K1Shiuy0jqlABfdA&sig2=pJSJe2U51loczPjFAiD9CA&bvm=bv.49784469,d.eWU>. Acesso em 25 maio 2012.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: 26 jun. 2013.

OLIVEIRA, L. S. R. de. **Finanças pessoais**. 2011. 35 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Finanças e Gestão Corporativa). Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t206667.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

OLIVEIRA, P. A. de. **Orçamento Doméstico**. 2010. Disponível em: <http://www.fmr.edu.br/publicacoes/pub_21.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012.

PAIVA, K. C. M.; MARQUES, A. L. **Qualidade de vida, stress e situação de trabalho de profissionais docentes: uma comparação entre o público e o privado**. ANPAD, 1999.

PEREIRA, G. M. G. **A energia do dinheiro: estratégias para estrutura sua vida financeira**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária: a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PORTELA, A.; BUGHAY FILHO, A. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, 2007.

RODRIGUES, A. L. Estresse e trabalho: aumenta a preocupação com o desgaste do trabalhador. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, MPF, n. 17, jun./jul., 1992.

ROSSETTI, M. O. et al. O inventário de sintomas de *stress* para adultos de Lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas** [online], v. 4, n. 2, pp. 108-120, 2008.

SANTOS, M. A. L. dos. A resolução de problemas favorecendo a compreensão das quatro operações com números naturais. **Cadernos PDE** [Online]. Jacarezinho, Paraná, 2010.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_arttext>. Acesso em 25 abr. 2012.

SIMÃO, E. **Consignado de servidor público terá restrições**. 2010. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/advogado-de-defesa/consignado-de-servidor-publico-tera-restricoes/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro**: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUZA NETO, E. H. de. **Ciclo do endividamento do servidor público**. 2010. Disponível em: <http://lourencoadvocaciaseadv.br/web/index.php?option=com_content&view=article&id=30:ciclo-do-endividamento-do-servidor-publico&catid=1:artigos-juridicos&Itemid=50>. Acesso em: 15 maio 2012.

ZERRENER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>>. Acesso em: 26 jun. 2013.